

## MAIS QUE UM EDIFÍCIO EM CHAMAS

- Alô?

- Alô! Ney?

- Sim, quem é?

Era um amigo, feirante do Ver-o-Peso, ligando às cinco horas da manhã pra me informar que o edifício do Ministério da Fazenda estava em chamas.

Entrei naquele prédio pela primeira vez no final de 1985 para o curso de formação no cargo de Técnico do Tesouro Nacional (TTN), a primeira turma de muitas que se formariam a partir de então, passando o cargo, alguns anos depois, a se chamar Analista Tributário da Receita Federal do Brasil (ATRFB). À época, a Nesaf-PA (Núcleo da Escola de Administração Fazendária no Pará) usava as salas do 16º andar, o último do prédio, o que nos dava uma espetacular visão da cidade de Belém, com a imensa Baía do Guajará a frente. Ali começava minha trajetória na Receita Federal, que neste ano de 2015 completa 30 anos.

O incêndio começou na noite do dia 26 de agosto de 2012, um domingo, quando não havia ninguém no prédio, a não ser os dois vigilantes habituais, que somente foram se dar conta do que estava ocorrendo quando receberam a ligação do morador de um apartamento do edifício vizinho, avisando que havia muita fumaça numa das salas do oitavo andar. Infelizmente, já não havia muito o que eles pudessem fazer.

A partir de 06 de fevereiro de 1986, data em que efetivamente tomei posse como servidor da Receita Federal, o prédio foi se tornando, pouco a pouco, minha segunda casa, como já era a segunda casa de muitos colegas que passavam a maior parte de suas vidas ali dentro, pois chegavam muito cedo, tomavam café, lanchavam e almoçavam em suas dependências, que durante muitos anos abrigou uma lanchonete no 14º andar e um restaurante no 16º, na mesma sala onde antes fiz as provas do curso de formação e que depois viria a ser o salão do restaurante montado e administrado pela Assefaz, que instalara naquele andar sua sede administrativa. Mais tarde, a estrutura da Assefaz

foi desmontada, inclusive a lanchonete e o restaurante, uma vez que não havia respaldo legal para sua permanência ali, assim como a continuidade da exploração comercial daquela área. Isso trouxe um certo transtorno para muitos servidores que, como eu, já haviam se habituado a lanchar e fazer suas refeições dentro do prédio.

O Mercado do Ver-o-Peso, maior feira livre da América Latina e principal ponto turístico de Belém, está situado em área vizinha ao edifício do Ministério da Fazenda, a não mais que 300 metros de distância, onde eu e outros colegas costumávamos tomar café e, por vezes, almoçar um bom pirucu frito com açaí. Assim, fizemos amizade com alguns feirantes, entre eles esse que tomou a liberdade de me ligar na madrugada para me informar da tragédia. Do seu box na feira era possível visualizar o incêndio, que já durava algumas horas e já consumira praticamente todos os andares superiores do prédio. À noite, a visão daquele fogaréu para os feirantes do Ver-o-Peso, ou para quaisquer outros que por ali estivessem, deve ter sido ao mesmo tempo aterradora, considerando sua dimensão gigantesca, e deslumbrante, pelo crepitar das chamas como de uma enorme fogueira de São João. O fato é que todos sabiam que dificilmente haveria vítimas, por ser uma madrugada de segunda-feira e a construção ficar isolada em um pequeno quarteirão às margens da principal avenida do centro da cidade, a Av. Presidente Vargas, uma via larga e repleta de majestosas mangueiras.

Vários órgãos que compõem a estrutura organizacional do Ministério da Fazenda no Pará estavam ali instalados, além de outros órgãos federais. A Receita ocupava a maior parte da área. Eram sete andares completos mais boa parte do térreo onde funcionava o CAC e uma grande sala do oitavo andar, onde estava instalado o Centro Regional de Serviço (CRS). Entre o terceiro andar e o quinto funcionava a Delegacia da Receita Federal de Belém, entre o décimo e o décimo segundo funcionava a Superintendência da 2ª RF e no 16º andar estava a Delegacia de Julgamento. A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF) ocupava o 6º e o 14º andares, além de parte do 8º andar. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) estava acomodada no 13º andar e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estava instalada no 7º andar.

Quando os bombeiros chegaram o incêndio ainda não havia tomado as proporções dantescas que faria do prédio, inaugurado em 1974, com suas imensas colunas e vigas aparentes revestidas de mármore, uma enorme mancha acinzentada na paisagem da cidade, mas ainda assim não conseguiram debelar as chamas, que com o vento constante que soprava da baía se alastrou rapidamente pelos oito andares superiores, consumindo toda a estrutura dos pisos feitos de madeira e revestidos de tábuas corridas, as divisórias em eucatex, os forros em estrutura de aço, as janelas com vidros duplos e venezianas embutidas, armários, mesas, cadeiras, computadores e tudo mais que não tinha a consistência de vigas e colunas de concreto armado, únicos elementos do edifício a enfrentar a ferocidade abrasadora do fogo e se manterem intactos. Chamuscados, porém estruturalmente intactos. O laudo dos bombeiros indicou que a causa do incêndio foi uma pane em dois no-breaks que funcionavam no 8º andar – nas salas de informática da Receita Federal.

O terreno para construção do edifício-sede do Ministério da Fazenda foi cedido pela Companhia das Docas do Pará (CDP), que tem sua sede administrativa alojada numa construção histórica vizinha ao terreno doado, no bairro da Campina, área central de Belém, em atendimento ao ofício encaminhado em 22/01/1971, pelo Superintendente Regional da Receita Federal da 2ª Região Fiscal, Sr. Clóvis de Almeida Mácola. A pedra fundamental foi colocada no dia 17/01/1972 em solenidade com a presença de várias autoridades administrativas, políticas e religiosas. A cessão do terreno foi condicionada à construção por parte da SRF de uma garagem para os veículos da CDP, condição esta posteriormente contestada e, com o passar dos anos, esquecida, tanto por parte das autoridades fazendárias da época quanto pela CDP, pois a garagem foi realmente construída mas sempre serviu exclusivamente para abrigar os veículos oficiais do Ministério e de seus funcionários. Estas informações constam do trabalho de pesquisa do colega ATRFB Josué Pinto de Oliveira, que foi transformado em um pequeno livreto editado pela GRA-PA em homenagem à passagem do bicentenário do Ministério da Fazenda, em 2008. Outra curiosidade é que a garagem também servia, no mês de junho, para a realização da festa junina promovida pela Administração do prédio em conjunto com os sindicatos de servidores. E no segundo domingo de outubro era aberta para que os

colegas devotos de Nossa Senhora pudessem dali assistir a passagem do Círio de Nazaré.

Após o telefonema, levantei e fui ver, já tomado por um certo ar de melancolia, a minha segunda casa se acabando no fogo. Ainda havia muita fumaça saindo dos andares mais altos, vidros das janelas desabando e muitos papéis bailando ao vento e se espalhando pelas ruas e praças ao redor. Não eram só papéis de trabalho, folhas de processos, anotações de serviço, restos de relatórios... Havia também fotos, páginas de livros, anotações pessoais, poemas e outros escritos, coisas que guardávamos em nossas gavetas e que, por mais que a moderna administração diga serem indevidas em ambiente de trabalho, muitos de nós não conseguimos desassociar das coisas do trabalho, afinal é a nossa segunda casa, ou não é? É onde passamos mais que as horas contratuais, é onde temos boas relações de amizade e é onde, em alguns casos, encontramos nossa(o) parceira(o) de uma vida inteira.

Nos primeiros dias, os servidores foram sendo alojados em salas do Convento dos Mercedários, construção do século 17 e que já foi tema do livro de Eugênio Ferraz “Convento dos Mercedários de Belém do Pará: Breve Histórico e Registro de sua Recuperação”. Ali funciona a Alfândega do Porto de Belém, além da ESAF e da GRPU. Outros colegas foram para o Serpro, que cedeu algumas salas de seu prédio localizado na Av. Perimetral. Aqueles que tinham notebooks fornecidos pela RFB, ficaram trabalhando a maior parte de seu tempo em casa. Essa separação fez com que perdêssemos contato com colegas que víamos cotidianamente nos corredores do prédio, nos elevadores, na portaria, colegas com quem mantínhamos boas relações no dia a dia, com quem trocávamos informações úteis para o nosso trabalho, mas também palavras de carinho e de companheirismo. Mesmo depois que os órgãos firmaram seus contratos de aluguéis e conseguiram reunir seus servidores, esse laço continuou rompido, já que os anos de convivência comum formaram amizades intraórgãos que agora se encontram fisicamente distantes. Essa é uma dimensão da tragédia que não se consegue medir em números.

A construção de um novo prédio já está em andamento numa área próxima ao Aeroporto e daqui há alguns anos vai voltar a reunir os diversos órgãos que compõem o MF, mas é claro que não vai mais

reunir a turma que viu a inauguração do primeiro edifício-sede do Ministério da Fazenda no Pará e talvez somente alguns poucos daqueles que entraram comigo no prédio pela primeira vez no final de 1985. Não haverá mais a vista do por do sol na Baía do Guajará, nem os almoços no Ver-o-Peso. Os encontros de colegas nos fins de tarde das sextas-feiras para um bate papo molhado em um dos vários botecos boêmios da Campina ficarão na saudade, assim como ficará um pouco mais complicado para os contribuintes que moram no Marajó e aportam no cais às proximidades do antigo prédio encontrarem o novo endereço. O estacionamento provavelmente será mais amplo e talvez as festas de São João voltem a ser realizadas ali, mas uma coisa é certa, não se terá mais a vista do Círio de Nazaré.



Vista do 12º andar do Edifício-Sede do MF – Em primeiro plano o prédio da Companhia das Docas do Pará (CDP) e ao fundo a Baía do Guajará (Foto: Ney Cohen - 2006)